





E OUTRAS
IMPOSSI-
BILIDADES









MULHERES
E CAÇA ÀS BRUXAS



SILVIA FEDERICI

MULHERES E CAÇA ÀS BRUXAS

DA IDADE MÉDIA AOS DIAS ATUAIS

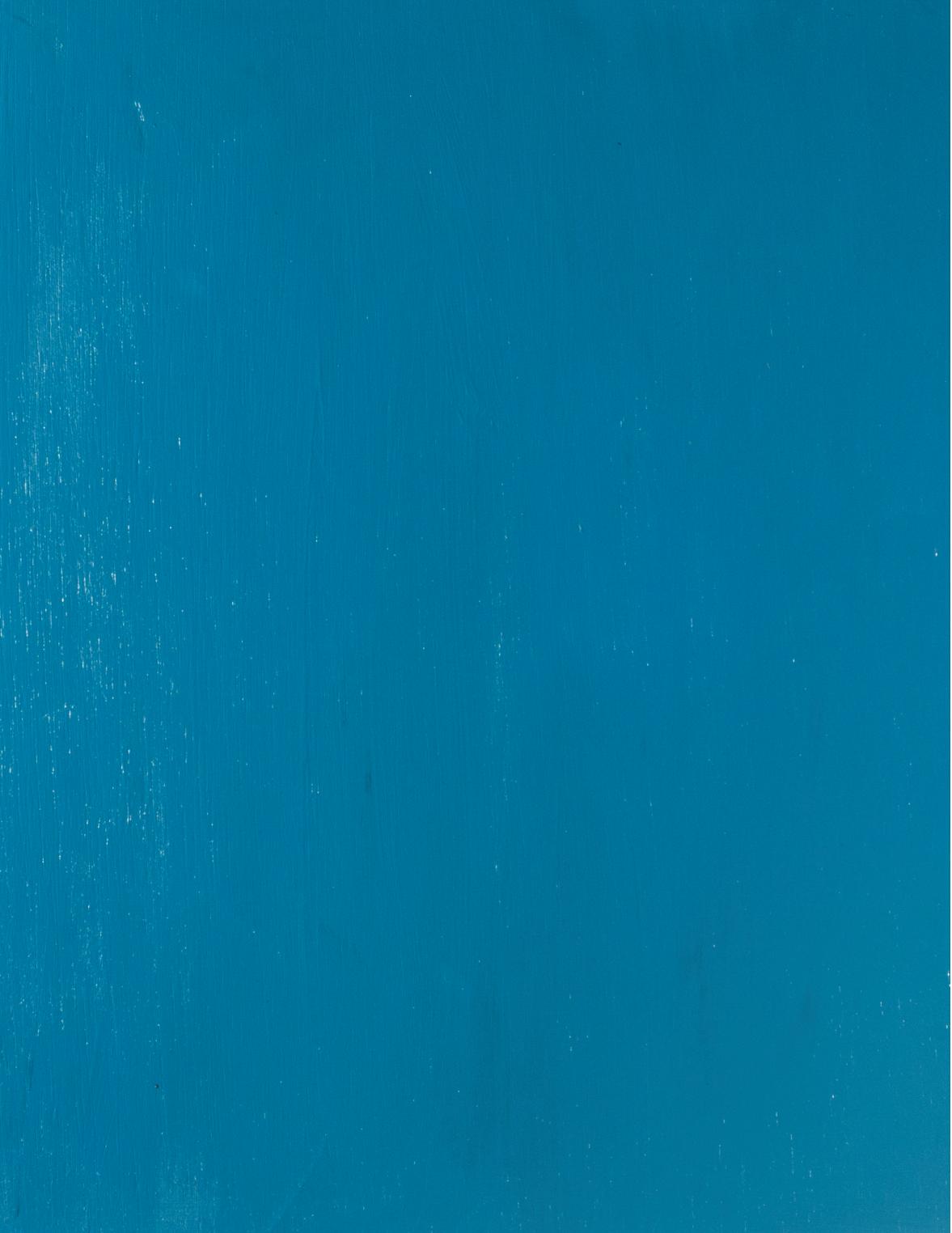
TRADUÇÃO: HECI REGINA CANDIANI





Sumário

Agradecimentos	7
Prefácio, por <i>Bianca Santana</i>	9
Introdução	21
Parte um Revisitando a acumulação primitiva do capital e a caça às bruxas na Europa.....	29
1 <i>Midsommervisen “Vi elsker vort land”/ Canção de verão “Amamos nosso país”</i>	33
2 Por que falar outra vez em caças às bruxas?	39
3 Caças às bruxas, cercamentos e o fim das relações de propriedade comunal	47
4 A caça às bruxas e o medo do poder das mulheres.....	61
5 Sobre o significado de “gossip”	75
Parte dois Novas formas de acumulação de capital e a caça às bruxas em nossa época	85
6 Globalização, acumulação de capital e violência contra as mulheres: uma perspectiva internacional e histórica	89
7 Caça às bruxas, globalização e solidariedade feminista na África dos dias atuais	107
Conclusão	139
Bibliografia	143
Índice	151



Caças às bruxas, cercamentos e o fim das relações de propriedade comunal

Este capítulo sustenta que os cercamentos de terras ingleses e, de maneira mais ampla, o surgimento do capitalismo agrário a partir do fim do século XV na Europa oferecem um pano de fundo social relevante para compreender a produção de muitas das acusações contemporâneas de prática de bruxaria e a relação entre caça às bruxas e acumulação de capital. Vou esclarecer, adiante, em que sentido uso o conceito de cercamento. Por ora, desejo enfatizar que os cercamentos de terras não explicam a totalidade das caças às bruxas, passadas ou atuais. Concordo com a visão predominante de que a caça às bruxas exige uma explicação multicausal, embora eu atribua todas as suas causas subjacentes ao desenvolvimento das relações capitalistas. Também não quero sugerir que a relação que estabeleço entre cercamento de terras e caça às bruxas seja determinante. A privatização da terra só produz perseguição às “bruxas” sob condições históricas específicas. Entretanto, parece haver uma relação singular entre o desmantelamento dos regimes comunitários e a demonização de integrantes das comunidades

afetadas que transforma a caça às bruxas em um instrumento efetivo de privatização econômica e social. Identificar essa relação singular é parte do objetivo deste capítulo.

Os cercamentos foram um fenômeno inglês pelo qual a classe proprietária de terras e membros abastados da classe camponesa cercaram terras comuns, colocando fim aos direitos consuetudinários e desalojando a população de agricultores e colonos que delas dependiam para sobreviver. Esse não foi o único meio pelo qual aconteceu a privatização de terras. O mesmo processo de expulsão do campesinato e de comercialização da terra ocorreu na França e em outras partes da Europa ocidental por meio, por exemplo, da elevação tributária. Entretanto, concentro-me nos cercamentos ingleses porque estes demonstram mais claramente como a comercialização da terra e o crescimento das relações monetárias afetou, de formas diferentes, mulheres e homens. No uso que faço aqui, os cercamentos incluíam ocupação da terra, introdução de aluguéis extorsivos e novas formas de tributação. Em todos os modelos, porém, esse foi um processo violento, que provocou profunda polarização no que tinham sido, até então, comunidades estruturadas com base em vínculos recíprocos. O fato de que não foi apenas quem possuía terras, mas também as pessoas mais abastadas do campesinato, que ergueu as barreiras (forma comum de demarcação de fronteiras) intensificou as hostilidades produzidas pelos cercamentos, na medida em que agentes e vítimas de cercamentos se conheciam, passavam pelos mesmos caminhos e estabeleciais múltiplos relacionamentos e na medida em que o medo que consumia essas pessoas foi alimentado pela proximidade da vida delas e a possibilidade de retaliação.

Que indícios temos de que o cercamento de terras foi essencial na produção de caças às bruxas?

A resposta é que a maioria dos indícios é circunstancial. Em nenhum dos julgamentos de que temos registros as mulheres acusadas foram descritas como vítimas de expropriação. Sabe-se, no entanto, que na Inglaterra, assim como no restante da Europa, as caças às bruxas foram um fenômeno predominantemente rural e, como tendência, afetaram regiões em que a terra havia sido cercada. Embora depois tenha retratado sua afirmação, em *Witchcraft in Tudor and Stuart England* [Bruxaria na Inglaterra dos Tudor e dos Stuart], Alan Macfarlane havia demonstrado que os mapas dos julgamentos de bruxas e dos cercamentos coincidiam, sendo que a principal região de perseguição foi o condado de Essex, onde as terras tinham sido cercadas pelo menos um século antes da caça às bruxas¹. Os cercamentos também aconteceram em Lancashire, em especial próximo à floresta de Pendle, local de um dos mais sangrentos processos por bruxaria, em 1612. A lembrança desse cercamento refletiu no nome da aldeia onde algumas das bruxas executadas foram interrogadas pela primeira vez, apropriadamente chamada de “Fence” [cerca].

Considerações cronológicas também são importantes. Elas mostram que, na Inglaterra, os julgamentos de bruxas não começaram antes do século XVI, que atingiram o auge no XVII e que ocorreram em sociedades em que as relações econômicas e sociais eram reformuladas pela crescente importância do mercado

¹ Alan Macfarlane, *Witchcraft in Tudor and Stuart England: A Regional Comparative Study* (Nova York, Harper & Row, 1970).

e nas quais a pauperização e o aumento das desigualdades eram desenfreados, tornando-se assustadores no período de 1580 a 1620, quando, sob o impacto da prata que chegava da América do Sul o preço de grãos e outros produtos agrícolas começou a subir.

As mulheres mais velhas foram as mais afetadas por esses acontecimentos, pois a combinação de alta de preços e perda de direitos consuetudinários as deixou sem ter de onde tirar o sustento, ainda mais se fossem viúvas ou não tivessem filhos e filhas com capacidade ou disposição para ajudá-las. Na economia rural da sociedade senhorial inglesa, em geral viúvas e pobres tinham subsistência garantida.

Como Keith Thomas escreveu em *Religion and the Decline of Magic* [Religião e declínio da magia],

o antigo sistema senhorial fez muito para atender às necessidades de viúvas e pessoas idosas por meio de um sistema interno de auxílio a pobres. A viúva desfrutava do direito de *freebench*, isto é, da transmissão de uma parcela da propriedade de seu antigo marido, que ia de um quarto à totalidade, de acordo com o costume senhorial local. Se ela fosse incapaz de realizar o cultivo sozinha, poderia entregá-la a um membro mais jovem da família em troca da garantia de sustento [...]. Também havia diversos privilégios consuetudinários locais para pobres, variando do direito a três dias de colheita antes que o restolho fosse destinado à pastagem [...] até a permissão para dormir na igreja caso não tivessem outro alojamento.²

Peter Linebaugh também demonstrou que, desde a Carta Magna, e em especial da Carta da Floresta, de 1215, era garantido o direito

² Keith Thomas, *Religion and the Decline of Magic* (Nova York, Charles Scribner's Sons, 1971), p. 562.

da viúva a “itens de primeira necessidade”, isto é, a alimentos, lenha e subsistência³. No entanto, com a perda dos direitos consuetudinários, isso também foi perdido quando a Reforma e o novo espírito comercial proibiram a oferta e o recebimento de caridade, sendo que pedir esmola na Inglaterra só era permitido sob licença concedida pelos juízes de paz.

Não surpreende que muitas das supostas bruxas fossem mulheres pobres, que sobreviviam pedindo esmola de porta em porta ou viviam dos “impostos para pobres”*, como foi chamado o primeiro sistema de bem-estar social introduzido na Inglaterra. Até mesmo os crimes imputados a elas demonstram que faziam parte de uma população camponesa que não tinha mais acesso à terra nem a direitos consuetudinários, e seria de esperar que se ressentissem das posses da vizinhança, a começar pelos animais, que podiam pastar em terras que já tinham sido comuns. É significativo que pelo menos um terço das acusações registradas por C. L'Estrange Ewen relativas ao Home Circuit** entre 1563 e 1603 envolvesse o encantamento de porcos, vacas, garanhões, cavalos castrados e éguas, muitos deles até a morte⁴. Como escrevi em *Calibã e a bruxa*, a pobreza das “bruxas” era registrada nas acusações, já que era dito que o diabo ia até elas em épocas

³ Peter Linebaugh, *The Magna Carta Manifesto: Liberties and Commons for All* (Berkeley, University of California Press, 2008), p. 29 e 39-40.

* No original, *poor rates*, impostos que incidiam sobre a propriedade e eram destinados ao alívio da pobreza. (N. T.)

** Home Circuit era a designação de uma das varas cíveis da Inglaterra que compreendia os condados ingleses ao redor de Londres (Kent, Essex, Surrey, Sussex, Hertfordshire). O juiz percorria o circuito periodicamente para tratar dos casos de cada localidade. (N. T.)

⁴ C. L'Estrange Ewen, *Witch-Hunting and Witch Trials: The Indictments for Witchcraft from the Records of 1373 Assizes Held for the Home Circuit AD 1559-1736* (Londres, Kegan Paul, Trench, Trubner & Co., 1929).

de necessidade e lhes prometia que, a partir daquele momento, “nunca mais precisariam sofrer privações”, supostamente oferecendo “carne, roupas, dinheiro” e a quitação de suas dívidas⁵.

A pobreza, no entanto, não era a causa imediata das acusações de bruxaria

Dois outros fatores contribuíam para a produção de uma bruxa. Primeiro, as bruxas não eram apenas vítimas. Eram mulheres que resistiam à própria pauperização e exclusão social. Ameaçavam, lançavam olhares reprovadores e amaldiçoavam quem se recusava a ajudá-las; algumas se tornavam inconvenientes, aparecendo de repente, e sem serem convidadas, na soleira de vizinhas e vizinhos que viviam em melhor situação ou realizando tentativas inadequadas de se tornarem aceitas ao oferecer presentinhos para as crianças. As pessoas que as processavam acusavam-nas de ser encrenqueiras, de ter língua ferina, de armar confusão entre a vizinhança – acusações que historiadoras e historiadores muitas vezes acataram. Podemos, porém, questionar se, por trás das ameaças e das palavras maldosas, não deveríamos captar um ressentimento nascido da raiva pela injustiça sofrida, uma forma de rejeitar a marginalização.

Aos fatores econômicos no segundo plano da acusação de bruxaria devemos acrescentar a política institucional cada vez mais misógina que confinava as mulheres a uma posição social de subordinação em relação aos homens e que punia com severidade, como subversão da ordem social, qualquer afirmação

⁵ Ver Keith Thomas, *Religion and the Decline of Magic*, cit., p. 520.

de independência de sua parte e qualquer transgressão sexual. A “bruxa” era uma mulher de “má reputação”, que na juventude apresentara comportamento “libertino”, “promíscuo”. Muitas vezes, tinha crianças fora do casamento e sua conduta contradizia o modelo de feminilidade que, por meio do direito, do púlpito e da reorganização familiar, fora imposto à população feminina da Europa durante esse período. Às vezes era curandeira e praticante de várias formas de magia que a tornavam popular na comunidade, mas isso cada vez mais a assinalava como perigo à estrutura de poder local e nacional em sua guerra contra todas as formas de poder popular. Não tem relevância aqui se seus remédios apresentavam qualquer eficácia, possivelmente baseada no conhecimento empírico das propriedades de ervas e plantas, ou se eram placebos produzidos por feitiços e encantamentos.

O fato de que o povo tentou influenciar o curso dos acontecimentos por meio de feitiçaria e outras práticas duvidosas era ameaça suficiente em uma época em que os cercamentos incitavam revoltas e transformavam agricultores e agricultoras em errantes e pedintes que, de forma plausível, ansiavam por virar o mundo de cabeça para baixo e que as mulheres participaram de muitos protestos, arrancando as cercas que, então, circundavam as propriedades comuns⁶. Na figura da bruxa as autoridades puniam, ao mesmo tempo, a investida contra a propriedade privada, a insubordinação social, a propagação de crenças mágicas, que pressupunham a presença de poderes que não podiam controlar, e o desvio da norma sexual que,

⁶ Sobre a participação das mulheres nas lutas contra os cercamentos, ver Silvia Federici, *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (trad. Coletivo Sycorax, São Paulo, Elefante, 2017 [2004]), p. 143-4.

naquele momento, colocava o comportamento sexual e a procriação sob domínio do Estado.

Continua desconcertante o fato de que o diabo precisasse ser convocado para justificar a operação, a menos que consideremos que, pela demonização das bruxas, as formas de comportamento toleradas ou vistas como normais no passado poderiam ser convertidas em odiosas e assustadoras aos olhos de uma população mais ampla de mulheres, para as quais a morte dessa figura servia como lição sobre o que esperar caso seguissem o mesmo caminho. Realmente, muitas mulheres aprenderam a lição e, à medida que a caça às bruxas avançou, essas mulheres também contribuíram para as acusações. Ainda assim, elas quase nunca denunciavam as suspeitas de bruxaria de forma direta; ao contrário, desempenhavam “papel passivo”, sendo forçadas pelos homens – que, em geral, iniciavam os procedimentos legais – a testemunhar⁷.

Talvez seja por meio desse confronto que dispunha mulheres contra mulheres que descobrimos o segredo da perseguição das bruxas e sua relação singular com a destruição da propriedade co-munitária de terras.

Hoje está em voga entre profissionais de história supor que aquelas que foram assassinadas não eram vítimas inocentes de uma terrível perseguição institucional, similar ao extermínio de hereges ou à perseguição nazista ao povo judeu na era moderna. Também nos dizem que algumas mulheres se orgulhavam de sua

⁷ Clive Holmes, “Women: Witnesses and Witches”, *Past and Present*, 140, n. 1, ago. 1993, p. 54 e 58. Holmes relata que, “apesar de seu envolvimento numérico, as mulheres eram, em grande medida, agentes passivas no processo legal contra as bruxas”, pois “a decisão efetiva de transmutar a suspeita da aldeia em prova oficial e de organizar os vizinhos e as vizinhas para isso era tomada por homens da localidade”.

reputação de bruxa a fim de arrancar favores e recursos da vizinhança. Insinua-se que acusações como a de estragar produção de cerveja, encantar vaca ou causar a morte repentina de crianças não eram infundadas. Contudo, se houve, de fato, mulheres prontas a cometer tais atos, não deveríamos nos perguntar o que as levou a odiar com tamanha fúria algumas pessoas da vizinhança a ponto de tramar arruiná-las economicamente matando seus animais, atrapalhando seus negócios e causando-lhes tormentos insuportáveis? Como explicamos que tamanho ódio tenha surgido em aldeias onde, um século antes, a vida se organizara em torno de estruturas comunais e cujo calendário anual fora pontuado por festividades e celebrações coletivas? Ou a demonização da “bruxa” foi o instrumento dessas divisões, necessário exatamente para justificar a exclusão de indivíduos que, no passado, tinham sido considerados e se consideravam pessoas comuns?

Seja como for, junto com as “bruxas” foram eliminadas crenças e uma série de práticas sociais/culturais típicas da Europa rural pré-capitalista que passaram a ser vistas como improdutivas e potencialmente perigosas para a nova ordem econômica. Era um universo que hoje chamamos de supersticioso, mas que, ao mesmo tempo, nos alerta para a existência de outras possibilidades de relação com o mundo. Nesse sentido, temos de pensar nos cercamentos como um fenômeno mais amplo que a simples separação da terra por cercas. Devemos pensar em um cercamento de conhecimento, de nosso corpo, de nossa relação com as outras pessoas e com a natureza.

Outro aspecto que ainda precisa ser plenamente compreendido é como a caça às bruxas mudou nossa relação com os animais. Com a ascensão do capitalismo, desenvolveu-se um novo *éthos* social que prezava a capacidade de disciplinar e direcionar os

desejos instintuais do indivíduo para o trabalho. À medida que o autocontrole se tornou sinal de humanidade, houve uma diferenciação mais profunda entre seres humanos e “bestas”, o que implicou uma revolução cultural – consideremos que, antes do advento do capitalismo, presumia-se haver continuidade entre os mundos animal e humano, com os animais tidos como seres responsáveis e até mesmo dotados da capacidade de falar. Essa visão dos animais persistia em muitas partes da Europa ainda no século XVI, de modo que os cães, por exemplo, eram levados a julgamento por “crimes” que haviam cometido ou levados ao julgamento de seus donos, como testemunhas capazes de declarar a inocência ou a culpa destes⁸.

Por volta do século XVII, estava em curso uma mudança drástica, a qual repercutiu na teoria de Descartes de que os animais são máquinas não sencientes. Ter animais de companhia era cada vez mais visto com suspeita, pois os animais eram retratados como a encarnação daquela instintividade incontrolável que o capitalismo devia reprimir para produzir trabalhadores disciplinados. Tocar em animais, fazer carinho neles e morar com eles, como fora norma nas regiões rurais, tornou-se comportamento tabu. Com a caça às bruxas, especialmente na Inglaterra, os animais foram demonizados devido à teoria de que o diabo oferecia a seu séquito ajuda diária na forma de animais domésticos, que serviam para levar a cabo os crimes das bruxas. Esses “familiares” eram uma prova da natureza irracional da “bruxa” e possivelmente de toda mulher.

⁸ Ver Edward Payson Evans, *The Criminal Prosecution and Capital Punishment of Animals: The Lost History of Europe's Animal Trials* (Londres, William Heineman, 1906).

Por meio da caça às bruxas, portanto, um novo código social e ético foi imposto, e isso tornou qualquer fonte de poder independente do Estado e da Igreja suspeita de diabolismo e provocou o medo do inferno – o medo do mal absoluto sobre a terra. O fato de ter sido comumente assumido que a personificação do diabo era uma mulher teve profundas consequências para a condição das mulheres no mundo capitalista que a caça às bruxas ajudou a construir. Dividiu as mulheres. Ensinou a elas que, ao se tornarem cúmplices da guerra contra as “bruxas” e aceitarem a liderança dos homens quanto a isso, obteriam a proteção que as salvaria do carrasco ou da fogueira. Ensinou-as, acima de tudo, a aceitar o lugar a elas designado no desenvolvimento da sociedade capitalista, pois, uma vez que fosse aceito que poderiam se tornar servas do diabo, a suspeita de diabolismo acompanharia a mulher por todos os instantes de sua vida.